



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RESPOSTAS EM PAUTA

25ª REUNIÃO

CPI – Ônibus sem qualidade

Requerimento 873/2023

As respostas em pauta já foram publicadas e os conteúdos poderão ser consultados diretamente no Portal da Câmara Municipal, <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes>, na pesquisa pelo tipo de proposição “Requerimento de Comissão”, seguido do respectivo número do requerimento e do ano.

Belo Horizonte, 21 de dezembro de 2023.

MEMORANDO PROLEG 46/2023

Assunto: CPI Ônibus Sem Qualidade. Decisão em HC nº 5303100-84.2023.8.13.0024

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o, encaminho cópia da sentença proferida nos autos do Habeas Corpus nº 5303100-84.2023.8.13.0024, impetrado por Fábio Henrique Queiroz, em favor do paciente **Nilo Gonçalves Simão**, convocado para prestar depoimento na CPI Ônibus Sem Qualidade, para que seja dado conhecimento de seu teor aos ilustres Vereadores que compõem a Comissão.

Nos termos da sentença, o paciente tem o dever de comparecer perante a CPI e de revelar o que souber ou tiver ciência de fatos ou condutas relativos a terceiros, ressaltando-se apenas o direito ao silêncio em relação aos questionamentos cuja resposta possa dar causa à autoincriminação ou questionamentos sobre a pessoa de seu filho (em razão do direito de não depor contra o descendente).

Sendo o que cabia relatar, aproveito a oportunidade para reiterar meus votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Izabella Santos e Nunes Romualdo
Procuradora-Geral Adjunta
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

IZABELLA
SANTOS E
NUNES:09
927952651

Assinado de forma
digital por
IZABELLA SANTOS E
NUNES:0992795265
1
Dados: 2023.12.21
17:10:15 -03'00'

Ilmo. Senhor
Lucas Leal Esteves
Diretor do Legislativo

PROTOCOLIZADO CONFORME:
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 21.12.23
HORA: 17:14

527310



21/12/2023

Número: **5272315-42.2023.8.13.0024**

Classe: **[CRIMINAL] HABEAS CORPUS CRIMINAL**

Órgão julgador: **Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Belo Horizonte**

Última distribuição : **07/11/2023**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0**

Assuntos: **Habeas Corpus - Cabimento**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
FABIO HENRIQUE QUEIROZ (IMPETRANTE)	
	RODRIGO CESAR DIAS BRUNO (ADVOGADO)
NILO GONCALVES SIMAO (PACIENTE)	
GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO (IMPETRADO(A))	
PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (IMPETRADO(A))	

Outros participantes	
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10124796065	28/11/2023 10:32	Sentença	Intimação



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de Belo Horizonte / Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Belo Horizonte

AVENIDA AUGUSTO DE LIMA, 1549, BARRO PRETO, Belo Horizonte - MG - CEP: 30190-002

PROCESSO Nº: 5272315-42.2023.8.13.0024

CLASSE: [CRIMINAL] HABEAS CORPUS CRIMINAL (307)

ASSUNTO: [Habeas Corpus - Cabimento]

IMPETRANTE: FABIO HENRIQUE QUEIROZ

IMPETRADO(A): GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO e outros (2)

SENTENÇA

Vistos etc.

Trata-se de Habeas Corpus, com pedido liminar, impetrado por **Fábio Henrique Queiroz**, em favor do paciente **Nilo Gonçalves Simão**, convocado para prestar depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito instituída no âmbito da Casa Legislativa de Belo Horizonte/MG.

Aponta como autoridade coatora o **Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG**, vereador Gabriel Sousa Marques de Azevedo.

Sustenta o impetrante que o presente *habeas corpus* objetiva evitar que o paciente compareça perante a CPI para prestar depoimento em desfavor de seu filho, **Nilo Gonçalves Simão Júnior**, asseverando que o comparecimento ao ato seria ilegal, inconstitucional e abusivo.

Formula pedido liminar, requerendo o salvo-conduto para que (i) seja desobrigado o comparecimento do paciente para prestar depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG; (ii) não sofra qualquer sanção/constrangimento pelo não comparecimento ao ato, “especialmente, mas não exclusivamente, prisão, condução coercitiva, indiciamento por crime de falso testemunho e/ou desobediência, dentre outras medidas retaliatórias” (Id. 10106625268).

O Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, prestou as informações requisitadas, conforme acostado ao Id. 10111196973.

Afirmou, em síntese, que teria ocorrido erro na indicação do **Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG**, como autoridade coatora, que deveria ter indicado o Presidente da CPI Ônibus sem Qualidade, Vereador Jorge Santos, e ao final, requereu a denegação da ordem. Argumenta que este juízo deveria ter reconhecido o dever legal do paciente de comparecer e falar a verdade, respondendo todas as perguntas de fatos de que tenha tomado conhecimento, ressaltando-se apenas o direito ao silêncio em relação aos questionamentos cuja resposta podia auto-incriminá-lo

Instado, o Ministério Público manifestou-se pela concessão parcial da ordem, nos termos da medida liminar deferida, conforme parecer acostado ao Id. 10112639200.

Os autos vieram conclusos.

É o breve relatório. Decido.

A teor do inciso LXVIII, do artigo 5º, da Constituição Federal, será concedido habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. O impetrante visa assegurar ao paciente salvo-conduto para desobrigar o comparecimento para prestar depoimento no dia 9.11.2023, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pelo Requerimento n.873/2023 na Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG, “para apurar as inúmeras denúncias de descumprimento do contrato da prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte e má qualidade na prestação de serviço por parte das viações **TransOeste**, que atende a região do Barreiro, e **Torres**, do consórcio BH Leste, além da omissão da Prefeitura de Belo Horizonte frente seu dever de fiscalização do fiel cumprimento do contrato e garantia de parâmetros mínimos de qualidade no transporte público” (Id. 10106638953).

Não obstante os poderes inerentes à Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme disposto no § 3º, do artigo 82, da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, as prerrogativas atribuídas à Câmara dos Vereadores, contudo, não são absolutas, conforme reiteradamente decidido pelos Tribunais Superiores, encontrando limites nos direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição Federal, dentre eles 1) o de não ser preso senão em flagrante delito ou por ordem fundamentada da autoridade judicial competente; 2) o de ser assistido por advogado; 3) o de permanecer calado, decorrente da garantia contra a autoincriminação.

Tem-se entendido, atualmente, sobretudo pelo STF, que o atendimento à convocação não configura mera liberalidade, mas obrigação imposta a todo cidadão. Nesse sentido: STF. Medida Cautelar no HC 203801/DF, Rel. Min Luís Roberto Barroso, j. 30.06.2021.

Do exame dos autos, verifica-se que o ora paciente é genitor do supostamente investigado **Nilo Gonçalves Simão Júnior**, tendo sido intimado para “prestar informações pertinentes aos esclarecimentos apresentados pelo Sr. Nilo Gonçalves Simão Júnior em oitiva realizada nesta Comissão no dia 28 de Agosto deste ano”. Em que pesem os argumentos apresentados pelo impetrante, o paciente poderá prestar relevante contribuição para elucidação dos fatos investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a atuação das empresas de transporte coletivo.

Tal como salientado na decisão de id. 10108694066, muito embora o paciente tivesse o dever de comparecer à sessão, pôde ele se valer do legítimo exercício do direito de manter-se silente sobre indagações que dissessem respeito à sua pessoa (em razão do direito de não autoincriminação) e à pessoa de seu filho (em razão do direito de não depor contra o descendente), devendo, contudo, revelar o que souber ou tiver ciência de fatos ou condutas relativos a terceiros.

Assim, nos moldes do parecer ministerial, **RATIFICO A LIMINAR e CONCEDO, EM PARTE, A ORDEM PLEITEADA.**

P. R. I.

Sem custas.

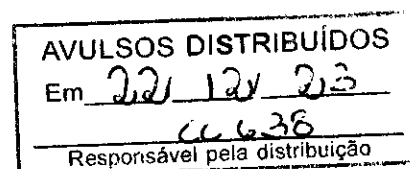
Nada mais sendo requerido, archive-se com baixa.

Belo Horizonte, data da assinatura eletrônica.

BARBARA HELIODORA QUARESMA BOMFIM

Juíza de Direito

Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Belo Horizonte GO



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
BELO HORIZONTE.**

Exmo. Sr. Gabriel Azevedo,

Através do ofício nº.10.090/23, essa ilustre Câmara enviou intimação para oitiva desse requerente, a fim prestar esclarecimentos nos autos da Comissão Parlamentar de Inquérito – Ônibus sem qualidade, realizada na data de hoje.

Todavia, em razão de motivos pessoais, não foi possível o comparecimento, oportunidade em que comunicou aos Nobres Edis, requerendo, inclusive, fosse designada nova data.

Oportunamente, gostaria de registrar o respeito desse requerente a essa Casa, bem como da seriedade com que se conduzem os trabalhos, reiterando que se encontra inteiramente a disposição para contribuir com os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, até mesmo para elucidar alguns fatos controversos, conforme equivocadamente divulgado hoje pela imprensa de que seria Presidente da Bh Leste e diretor da Viação Torres.

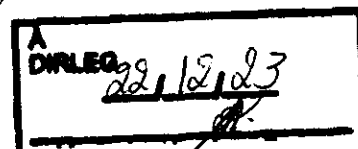
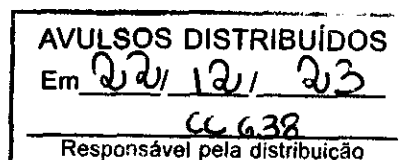
Desde modo, considerando a disposição e disponibilidade desse requerente em contribuir com os trabalhos investigativos, requer seja designada nova data para sua oitiva, ressaltando que fica a disposição para quaisquer manifestações por escrito que façam necessárias nesse período de recesso.

Nestes termos, espera deferimento.

Sem mais, reitero protestos de estima e respeito.

Belo Horizonte, 21 de dezembro de 2023.


Rubens Lessa Carvalho



Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito
"Ônibus sem Qualidade".

RUBENS LESSA DE CARVALHO, nos autos do procedimento
investigatório em referência, vem perante V.Exa., respeitosamente, por
seus Advogados, expor e requerer o seguinte:

O ora peticionário recebeu intimação para prestar declarações
perante essa d. Comissão Parlamentar de Inquérito às 09:00 do dia
28/12/2023.

Nesse sentido, foi facultado sua participação na modalidade
remota. Assim, pede-se seja enviado link para acesso à reunião nos e-
mails: **eduardo@grimaldierodrigues.com.br**, bem como
gustavo@grimaldierodrigues.com.br.

Belo Horizonte, 27 de dezembro de 2023.


GUILHERME RIBEIRO GRIMALDI

OAB/MG 129.232


GUSTAVO MARRA RESENDE LAGE

OAB/MG 151.182


EDUARDO FERNANDES SILVA VISCONTI

OAB/MG 200.712

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

EM 27 / 12 / 23


Responsável pela distribuição

CHBH_DIRELEG-27/dez/23-09:04:44-008799-1

5117321